

Juventude e educação cidadã: estudo sobre os impactos do Parlamento Jovem de Minas Gerais

Raquel Gonçalves da Silva*

Resumo

O presente trabalho tem como objeto o Parlamento Jovem de Minas Gerais em Juiz de Fora. Esse programa é destinado a alunos do ensino médio de escolas públicas e particulares e objetiva proporcionar aos participantes aprendizado a cerca da política, da democracia e de suas instituições. Nesta pesquisa buscou-se investigar os impactos desse projeto sobre as percepções, o nível de informação, as atitudes e o comportamento dos jovens em relação a esses principais temas abordados. Para isso foram realizadas entrevistas entre jovens que participaram e jovens que não participaram do projeto no ano de 2012. A análise revela a existência de importantes diferenças entre os participantes e os não participantes do Parlamento Jovem em relação a várias dimensões analisadas. Mas não permite assegurar, de forma inequívoca, que tais diferenças devem-se à participação no projeto e não a outros fatores.

Palavras Chave: Parlamento Jovem, juventude, educação para a democracia.

Youth and citizenship education: a study on the impacts of the Youth Parliament of Minas Gerais

Abstract

This work aims the Youth Parliament of Minas Gerais in Juiz de Fora. This program is aimed at high school students from public and private schools and aims to provide participants learning about politics, democracy and its institutions. This study aimed to investigate the impacts of this project on the perceptions, the level of information, attitudes and behavior of young people in relation to these main themes. For that interviews were conducted among young people who participated and young people who participated in the project in 2012. The analysis reveals the existence of significant differences between participants and non-participants of the Youth Parliament in relation to various dimensions analyzed. But does not ensure, unequivocally, that these differences are due to the participation in the project and not to other factors.

Keywords: Youth Parliament, youth, education for democracy.

Introdução

O fim da Ditadura Militar e a promulgação da Constituição de 1988 marcaram o processo de redemocratização do país. Observou-se, então, o início de uma nova fase no cenário político brasileiro, com a abertura política e o reconhecimento dos direitos civis. Restabelecidos os direitos e a liberdade política multiplicaram-se as formas e os canais de participação e novos atores foram incorporados ao sistema político. Com isso, observou-se uma maior preocupação com o nível de engajamento dos cidadãos na política, incluindo os jovens,

resultando na criação de programas e projetos cujo objetivo, em linhas gerais, tem sido promover a educação cidadã e, assim, ampliar a disposição para participar da política. Neste trabalho pretende-se investigar o impacto de uma dessas iniciativas direcionadas aos jovens, mais especificamente, o Projeto Parlamento Jovem de Minas. E responder à questão: projetos voltados para a educação cidadã, como o Parlamento Jovem (PJ) impactam as percepções, o nível de conhecimento, as atitudes e o comportamento dos jovens em relação à política, à democracia e suas instituições básicas?

O Parlamento Jovem existe em Minas Gerais

* Mestranda em Ciências Sociais pela Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora. Email: ra.goncalves3@gmail.com

desde 2004 e é promovido pela Assembleia Legislativa de Minas (ALMG), através da Escola do Legislativo em parceria com a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG) e as Câmaras Municipais do Estado. A escolha pelo PJ justifica-se por se tratar de um projeto que está em vigor há nove anos que se destaca pela sua inovação e abrangência. No ano de 2012, o projeto foi desenvolvido em 16 municípios de Minas Gerais – Belo Horizonte, Carandaí, Caratinga, Espera Feliz, Iturama, João Monlevade, Juiz de Fora, Leopoldina, Montes Claros, Nova Serrana, Ouro Preto, Poços de Caldas, Pouso Alegre, Santos Dumont, Viçosa e Visconde de Rio Branco. O município escolhido para a pesquisa é Juiz de Fora, onde o projeto é realizado desde 2010.

O Parlamento Jovem tem como objetivo proporcionar formação política e a vivência prática do processo legislativo aos jovens do ensino médio do estado. Dessa maneira, visa contribuir para promover a educação cívica e preparar os jovens para a participação política como cidadãos. A dinâmica de realização do projeto consiste em três etapas: na primeira, os participantes passam por uma preparação oferecida por monitores envolvendo a discussão e o debate de temas relacionados à política, à democracia e ao exercício da cidadania. Essa etapa é finalizada com a elaboração de projetos de leis pelos alunos a partir de temas pré-definidos. A segunda etapa consiste na realização dos grupos de trabalho e na votação das propostas na Plenária Municipal. A terceira etapa corresponde à realização da Plenária Estadual em Belo Horizonte quando jovens de vários municípios e regiões do estado debatem e escolhem os projetos de leis que serão levados à Assembleia de Minas.

Para investigar o problema central da pesquisa, relativo aos impactos do Parlamento Jovem, pretende-se comparar as percepções, as atitudes, o comportamento e o nível de conhecimento de adolescentes que participaram do projeto com os de adolescentes que não participaram. Foram realizadas dezesseis entrevistas em profundidade com alunos do município de Juiz de Fora, oito com alunos que participaram do PJ edição 2012 e oito com alunos que não participaram do projeto.

Participação política e juventude

Recentemente o tema da participação política dos jovens passou a despertar maior interesse de pesquisadores e cientistas sociais. Até então era comum que os estudiosos baseassem suas investigações em dois mitos sobre a relação dos jovens com a política. O primeiro baseia-se na ideia de que os jovens da atualidade são apáticos e possuem pouco interesse pela política quando comparados aos jovens das gerações anteriores, sobretudo da década de 1960. O segundo mito, no sentido contrário, propaga uma visão dos jovens como agentes de mudança, atores responsáveis por liderar as transformações sociais (CARDOSO, 2005; FLORENTINO, 2008). Pesquisas recentes mostram, entretanto, que ambas as visões são projeções sobre o papel que os jovens desempenham ou deveriam desempenhar que carecem de base empírica e não consideram as especificidades do contexto atual, muito diferente das décadas anteriores (FLORENTINO, 2008; CASTRO, 2008).

Baseando-se em resultados de pesquisas empíricas, estudos recentes questionam a visão dos jovens como apáticos mostrando que, em realidade, houve uma mudança no contexto político, hoje, formalmente democrático e mais aberto à participação, o que vem incentivando a emergência de novas formas de relacionamento dos jovens com a política. Não se trataria de apatia ou alienação, mas de um deslocamento dos objetos de interesse dos jovens, marcado pela negação da política tradicional e das formas tradicionais de participação, como sindicatos e partidos, e por um maior interesse pelas formas mais espontâneas de participação como os movimentos sociais, culturais, esportivos, artísticos, recreativos, etc. (FLORENTINO, 2008; CASTRO, 2008).

Essa última visão é corroborada por uma das mais abrangentes pesquisas já realizadas com jovens brasileiros. A pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), com 1750 jovens de 18 a 29 anos de todas as regiões do país mostra que a maioria das experiências participativas dos jovens se dá em grupos com fins religiosos, esportivos ou recreativos. A participação nesses grupos é a única que apresenta uma porcentagem maior

de 10%. Em relação a associações comunitárias, partidos políticos e sindicatos apenas 5% dizem apresentar algum envolvimento. Nas associações estudantis a participação é ainda menor, apenas 1,8% dos jovens afirmam participar. Os dados ainda apontam que o nível de escolaridade e de renda faz aumentar a participação nessas modalidades. O mesmo acontece com o grau de informação dos jovens entrevistados. A porcentagem daqueles que participam de grupos (recreativos, religiosos ou políticos) é quase sempre maior entre os que usam computador e internet em relação àqueles que não usam, principalmente quando se trata do envolvimento em associações estudantis, esportivas e partidos políticos.

É um consenso entre os estudiosos do tema que as atitudes, conhecimentos e habilidades políticas são adquiridos por meio do processo de socialização. A visão clássica afirma que a formação do núcleo de atitudes políticas ocorre na infância, sob a influência predominante dos pais e permanece estável por anos. Já os estudos mais recentes mostram que outros agentes são tão importantes quanto à família, que parte do processo de socialização ocorre depois da infância e, ainda, que muitas atitudes e crenças formadas na infância são maleáveis e sujeitas à mudança ao longo da vida (FUKS, 2012). Tais estudos, portanto, apontam a necessidade de pesquisas empíricas mais aprofundadas em torno do papel de outras variáveis, que operam no curto, médio e no longo prazo, na socialização política dos jovens.

A pesquisa realizada por Fuks no ano de 2008 a partir dos dados de um *survey* com jovens do ensino médio da cidade de Belo Horizonte corrobora a tese de que ambientes familiares e escolares distintos contribuem, de forma expressiva, para compreender as diferenças nas atitudes, na habilidade cognitiva e no engajamento político dos jovens. Segundo o autor, o tipo de escola seria a variável com maior poder explicativo: seria, sobretudo, no ambiente escolar e não no âmbito da família que o jovem adquire aprendizados sobre a política.

Segundo o autor, jovens com pais com alta escolaridade e que participam de alguma atividade política e/ou que frequentam uma escola com recursos que permitem o acesso à

informação e que estimulam o interesse por política, teriam uma maior tendência a serem participativos:

“Mas, como já identificado, a escolaridade e a participação dos pais e a escola são os meios específicos ativados pelo processo de transmissão do conhecimento sobre política. Portanto, se tiver a sorte de ter pais escolarizados e que fomentem um ambiente politicamente estimulante na família e nos seus círculos mais próximos, o jovem terá enormes chances de ser politicamente bem informado. Se, além disso, ele frequentar as escolas mais bem servidas pelos recursos que permitem o acesso à informação e que estimulam o interesse por política, o jovem tem a seu favor todas as condições sociais que distinguem o seletivo grupo da população considerado politicamente sofisticado”. (FUKS, 2012, p.6).

Entretanto, esse autor ressalta que a influência da família e da escola não gera somente efeitos imediatos. A maioria dos efeitos de socialização só aparece na vida adulta, principalmente quando se refere à participação política, pois muitas das atividades políticas tradicionais não são atraentes e nem facultadas aos jovens, como, por exemplo, o voto. É relevante o fato de que os jovens do PJ têm entre 15 a 17 anos, por isso pretende verificar através dessa pesquisa se eles expressam uma disposição a participar da política na vida adulta. Para isso interessa aqui observar suas tendências subjetivas através: de seu interesse por assuntos políticos, das suas expectativas em relação aos políticos e às instituições democráticas, da presença de atitudes críticas e ativas em relação a atos praticados por autoridades ou na escola e da disposição para participar ativamente de debates escolares, grupos recreativos, religiosos e projetos na área de educação cidadã, em geral.

Embora haja consenso de que os ambientes familiar e escolar impactam a socialização política dos jovens, ainda não se sabe com precisão os efeitos produzidos por outras experiências e eventos de curta duração, como os programas e projetos de educação cidadã. Tais projetos, de fato, produzem impactos na forma como os jovens veem e se relacionam com a política e as instituições de modo a torná-los cidadãos

mais informados sobre política, mais propensos a se engajarem em atividades políticas e serem mais democráticos em suas atitudes? A presente pesquisa objetiva contribuir para responder a essa questão.

O debate em torno da participação política dos jovens remete, na verdade, a uma questão anterior e mais ampla sobre em que medida a operação e a consolidação da democracia depende do maior engajamento e participação política dos indivíduos. Ao longo do século XX tornaram-se evidentes os limites do governo representativo como forma de operacionalizar a participação política e permitir a vocalização das demandas e interesses dos diferentes grupos. Uma série de autores passou, então, a reivindicar um formato mais participativo para a democracia de modo a ampliar sua capacidade de dar voz e espaço para uma maior multiplicidade de atores, interesses e identidades. Santos e Avritzer (2005) argumentam que as instituições tradicionais da democracia representativa liberal, parlamento e partidos, principalmente, operam a partir de uma série de filtros que tornam mais difícil para alguns atores obter representação e incluir temas na agenda pública. Segundo os autores, teria ocorrido uma supervalorização da representação como mecanismo de participação desconsiderando seus limites para expressar identidades minoritárias e de grupos historicamente subalternos e excluídos.

A concepção de uma democracia mais participativa, como a reivindicada por Santos e Avritzer foi, em grande medida, consagrada na Constituição Federal de 1988 que afirmou o princípio da participação direta dos cidadãos como pode ser observado em seu Parágrafo Único, Título 1: “ Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou *diretamente* (grifos nossos), nos termos desta Constituição”. Como destacam vários autores (AVRITZER, 2006; FARIA, 2006) a Constituição de 1988 abriu espaço para uma série de inovações institucionais e mecanismos de participação direta como o Orçamento Participativo, os conselhos setoriais de políticas públicas, as audiências públicas de comissões, referendos, plebiscitos e as comissões parlamentares de participação popular, entre outros.

Uma vez restabelecidos os direitos políticos

e abertos novos canais de participação, uma questão importante passou a ser a de como formar cidadãos mais participativos, mais informados e com disposições e atitudes positivas em relação à democracia e, dessa forma, dotá-los das capacidades requeridas para o exercício da cidadania e para tomarem parte efetiva nos processos decisórios. Passou-se a enfatizar a importância da educação cidadã e do maior engajamento político dos cidadãos como meio de ampliar a qualidade da democracia. Os projetos voltados para a formação de jovens cidadãos pretendem dar um passo nesse sentido. Esta pesquisa pretende avaliar em que medida eles podem se converter em alternativas viáveis para o alcance desses objetivos.

Metodologia

A pergunta central que orientou a pesquisa foi: projetos voltados para a educação cidadã, como o Parlamento Jovem, impactam as percepções, o nível de conhecimento, as atitudes e o comportamento dos jovens em relação à política, à democracia e suas instituições básicas? Aventou-se a hipótese de que a participação no PJ contribui para ampliar o nível de informação dos jovens sobre a política e para difundir entre eles percepções e atitudes mais positivas sobre a política, a democracia e suas instituições, ampliando sua disposição em se engajar e participar da política.

Assim, considerou-se como variável independente a participação ou não no PJ edição de 2012 e como variáveis dependentes as categorias: percepções, nível de informação, atitudes e comportamento dos jovens em relação à política. Cada uma dessas categorias possui especificidades que justificam tratá-las de forma separada. Percepção é a categoria mais geral entre as quatro e corresponde às ideias, imagens e impressões dos indivíduos sobre temas, instituições, pessoas e acontecimentos. O nível de informação remete ao conjunto de dados e informações que uma pessoa possui sobre um fenômeno ou evento, sendo a categoria de mais fácil mensuração. As atitudes correspondem às pré-disposições aprendidas/adquiridas para responder de forma consistente a um fenômeno, pessoa ou aspectos da realidade. E

por fim, o comportamento está relacionado com a maneira de se comportar (reagir, portar-se) das pessoas perante estímulos e em relação aos acontecimentos ao seu redor de acordo com seus hábitos e costumes¹.

Esperava-se que a participação no PJ produziria os seguintes impactos:

1- Contribuir para dar um sentido mais concreto, complexo e menos estereotipado em torno da política, dos políticos, da democracia e das instituições democráticas e melhorar a imagem que os jovens possuem sobre esses temas, agentes e instituições.

2- Melhorar a visão em torno do sistema político, ampliar o sentido da eficácia política de suas ações e aumentar o interesse do jovem pela política².

3- Ampliar o grau de informação dos adolescentes, dando a eles uma visão mais concreta sobre como a democracia se realiza na prática, como se dá o processo de tomada de decisões e como os cidadãos e grupos podem influenciá-lo.

4- Aumentar a disposição dos jovens para participar de projetos coletivos e se envolver com a política.

Foram comparados os dados colhidos entres esses dois primeiros grupos (alunos participantes do PJ 2012 e alunos não participantes) com o objetivo de investigar os impactos da participação no projeto. Com base em resultados de pesquisas sobre o tema optou-se por manter constante a variável “tipo de escola”. Segundo Fuks (2012), um ambiente escolar com estrutura e recursos informacionais é um fator fulcral para que o adolescente se interesse por política e queira participar desta, sendo as escolas particulares aquelas que reúnem com mais frequência tais condições. Por isso optou-se por incluir na análise somente alunos de escolas públicas e excluir a única escola particular participante do projeto no ano de 2012.

A investigação foi realizada por meio de uma pesquisa qualitativa. Foram realizadas dezesseis entrevistas em profundidade com alunos do 1º e do 2º ano do Ensino Médio, sendo oito com alunos que participaram do Parlamento Jovem em 2012³ e oito junto aos alunos dessas mesmas séries em uma escola que nunca participou do projeto. As entrevistas foram

presenciais, realizadas de forma individualizada e personalizada. Para não enviesar a resposta dos entrevistados, as entrevistas com os participantes do PJ foram realizadas por outro pesquisador e não pelo autor deste trabalho, pelo motivo deste ter atuado como monitor do projeto no ano de 2012. As marcações das entrevistas foram feitas previamente, de acordo com a disponibilidade dos jovens. Foi garantido o total anonimato das informações pessoais dos entrevistados e somente as respostas foram utilizadas para efeito de análise.

Análise dos dados

Nesta seção são apresentados os resultados da análise das entrevistas realizadas junto a oito alunos participantes do Parlamento Jovem (grupo de tratamento) e a oito alunos não participantes (grupo de controle). De forma a resguardar o sigilo das entrevistas as referências aos entrevistados serão feitas pelas siglas GT (para os entrevistados do grupo de tratamento, participantes do PJ) e GC (para os entrevistados do grupo de controle, não participantes do PJ). A sessão inicia-se com uma descrição do perfil dos entrevistados, seguida da análise das categorias anteriormente citadas – percepções, atitude, nível de conhecimento e comportamento – e das considerações dos entrevistados sobre o Parlamento Jovem.

Perfil dos entrevistados

Os 16 entrevistados possuem idade entre 15 e 17 anos sendo oito respondentes do sexo feminino e oito do masculino. A região onde cada entrevistado mora é variada, assim como a proximidade com o centro, mas nenhum deles mora em bairro nobre da cidade. Foi investigada a trajetória escolar dos pais, sua profissão e a sua participação ou não em algum empreendimento coletivo. Quase todos os pais estudaram até o ensino médio, com a exceção de uma mãe, em cada grupo, com ensino superior. Observou-se o predomínio de trabalhos de baixa remuneração que não exigem muitos anos de escolaridade nos pais em ambos os grupos. Dentre as mães, no grupo de controle, as profissões prevalecem as mesmas características citadas dos pais. Já

em relação às mães do grupo de tratamento, as profissões são mais variadas, com presença de alguns trabalhos técnicos. Não houve muita diferença entre os grupos em relação à participação dos pais: em ambos, a metade dos entrevistados afirmou que o pai ou a mãe não participavam de nenhum grupo ou empreendimento coletivo; a outra metade apontou os grupos religiosos como forma de participação dos pais. Todos os entrevistados afirmaram possuir religião e a maioria assegura participar dos eventos, ritos e reuniões religiosas. Sobre o hábito de se informar sobre os acontecimentos do país, do estado e da cidade, nos dois grupos quase todos afirmaram que procuram se informar frequentemente. Em relação ao meio que utilizam para buscar informação, em ambos os grupos a internet aparece como o mais citado seguido da televisão.

Pode-se perceber uma grande homogeneidade entre os grupos em todos os aspectos do perfil investigados. Isso significa que foram mantidas constantes as variáveis que, segundo a literatura, mais impactam o processo de socialização política dos jovens. Essa homogeneidade no perfil favorece o esforço para apreender o impacto de outras variáveis sobre as percepções e atitudes dos entrevistados, no caso deste trabalho, interessa apreender o impacto da participação no PJ.

Conversar sobre política, participação e interesse em participar

Foi perguntado se o entrevistado conversava sobre política em casa. Praticamente todos os entrevistados responderam negativamente à questão. No grupo de controle, quem afirmou que conversava sobre política, disse que isso ocorre no período das eleições.

No grupo de tratamento, a maioria daqueles que afirmaram possuir esse hábito o relacionam com a influência do Parlamento Jovem e da Câmara Mirim.⁴

“A partir do momento que eu comecei a criar maturidade pra discutir isso, e se tornou mais comum por causa da minha participação no parlamento ano passado”. (GT)

“Desde que me tornei vereador mirim de Belo Horizonte”. (GT)

A explicação de por que não conversarem sobre política foi diferente em cada grupo. No grupo de tratamento alguns não souberam explicar e os outros apontaram como motivo a falta de tempo.

“Porque assim que saio da escola venho pro trabalho e só chego em casa quase 22h ai sempre to cansada, então a gente conversa pouco, e só comentamos sobre isso quando tá passando algum noticiário sobre política e tal.” (GT)

“Olha, eu acho que é falta de interesse mesmo, meu pai sempre está conversando, mas eu nunca fico por perto.” (GC)

Esperava-se que o hábito de conversar sobre política em casa fosse maior entre os participantes do PJ do que o verificado. Mas quando se observam as justificativas, percebem-se indícios do impacto positivo do Parlamento Jovem que é apontado, espontaneamente, por um entrevistado, como motivo do citado hábito.

Foram observadas diferenças importantes entre os grupos quando se perguntou se o entrevistado já havia participado de algum empreendimento coletivo. No grupo de tratamento todos já haviam se envolvido em alguma forma de participação coletiva e a maioria já tinha participado de outros grupos e projetos, além do Parlamento Jovem. As formas de participação e projetos citados foram o Parlamento Jovem, a Câmara Mirim, grupos religiosos e estudantis. No grupo de controle a maioria nunca tinha participado ou tinham participado apenas de grupos religiosos.

Entre os cinco entrevistados do grupo de controle que afirmaram que nunca participaram de empreendimentos coletivos as razões apontadas combinavam falta de interesse com falta de conhecimento.

“Nunca fiquei sabendo de nada, mas também é um pouco de falta de interesse”. (GC)

“Porque eu não conheço nenhum e também nunca procurei saber”. (GC)

As diferenças entre os grupos no que se refere à participação presente ou passada corroboram uma suspeita presente desde o início da pesquisa

de que aqueles que se interessavam em se inscrever no PJ (a inscrição é voluntária) já apresentavam um diferencial em relação a outros jovens.

Ainda na temática sobre participação, foi perguntado se os entrevistados gostariam de participar de algum grupo esportivo, cultural, estudantil, político, religioso ou outros. Verificou-se, junto à maioria dos participantes dos dois grupos interesse em participar. Contudo, quando se trata de se filiar em partido político, quase todos afirmaram não ter interesse.

No grupo de tratamento quase todos justificam seu interesse em participar de grupos a partir de atributos pessoais: “vem de mim querer aprender, ler, saber de outras coisas”, “vem mais da minha personalidade”, “gosto de conhecer as coisas”, “sempre fui focada em querer fazer alguma coisa”, “gosto de me interagir com as pessoas”. Em relação a essa questão, em nenhum momento, os entrevistados apontaram a participação no PJ como uma razão para o interesse. Tem-se aí, mais uma vez, indícios de que a própria participação no PJ seja resultado de outras variáveis que podem remeter a atributos e características pessoais.

“Ele vem mais da minha personalidade, quando eu tenho tempo e posso eu adoro ajudar a organizar, montar projetos, gosto de administrar, pensar em algo pelo bem de todos, fico animado com isso”. (GT)

“De mim mesmo. Eu tenho vontade de mudar o país. Eu sofro muito preconceito pelo meu estilo e outras coisas. Acho que eu me infiltrando nesse meio, eu posso diminuir isso. As pessoas vão me escutar e parar pra pensar no que eu disse. Quanto mais informações as pessoas tiverem menos preconceito terão. Como a maioria diz, preconceito é coisa de quem pensa pequeno”. (GT)

No grupo de controle as razões que explicam a vontade de participar são variadas e remetem à vontade de aprender coisas e ajudar os outros: “ajudar a melhorar alguma coisa”, “me informar mais sobre certas coisas”, “ajudar a colaborar com a sociedade”, “gosto de aprender coisas novas e conhecer gente nova”. No geral, os dois grupos não apresentam muitas diferenças em relação ao

interesse em participar de grupos, com exceção de uma ênfase maior em “participar para ajudar” no grupo de controle.

“Surge das pessoas, eu vejo as dificuldades das pessoas no meu bairro assim. Tem um asilo aqui, onde as pessoas ficam jogadas lá. Eu acho que deveria ter um projeto que visitasse essas pessoas e levasse carinho para elas”. (GC)

Percepções sobre a democracia e suas instituições básicas

Solicitou-se aos entrevistados que falassem a primeira palavra que viesse a mente ao ouvir as palavras/expressões: política, políticos, democracia, cidadão, partido político e Poder Legislativo. As respostas foram classificadas com base no Quadro 1 como positivas, negativas, neutras, visão estereotipada, visão mais complexa.

Em relação ao termo “**política**” observaram-se diferenças entre os grupos. No grupo de tratamento observou-se um equilíbrio entre percepções positivas (“desenvolvimento”, “inovação”), negativas (“corrupção”, “lixo”) e neutras (“democracia” e “governo”), enquanto no grupo de controle predominaram as percepções negativas (“corrupção” e “sujeira”), quase todas remetendo à ideia de corrupção.

Em relação à palavra “**político**” predominam as percepções negativas (associação com a corrupção), mais frequentes no grupo de controle. Também foram apresentadas percepções neutras relacionadas à ocupação de cargos (“quem governa”, “cargo da política”). Somente no grupo de tratamento apareceu alguma percepção positiva:

Em relação ao termo “**democracia**”, entre os participantes do grupo de tratamento observou-se apenas uma percepção negativa (“democracia não existe”). Todas as demais foram positivas e remetiam as ideias de igualdade, liberdade e direitos. No grupo de controle houve mais equilíbrio entre percepções positivas (“igualdade”, “direitos”), neutras (“governo”) e negativas:

Em relação à palavra “**cidadão**” quase todos no grupo de tratamento demonstrou entendimento do conceito ao enfatizar as ideias de igualdade, direitos, deveres e sentimento

de pertencimento. Observou-se apenas uma percepção negativa. No grupo de controle aparece nas respostas a menção ao sentimento de pertencimento (“aquele que faz parte da sociedade”), aos direitos e deveres, porém, foram mais comuns as percepções negativas.

Ao ouvirem a palavra “**Poder Legislativo**”, metade dos entrevistados do grupo de tratamento não soube o que dizer. Aqueles que comentaram algo destacaram noções como “advogados” (possível confusão com o Poder Judiciário), “responsabilidades”, “vereadores e senadores”. No grupo de controle quase todos não souberam o que dizer. Apenas dois souberam afirmaram “que faz as leis” e “um bando de filho da puta”.

Por fim, em relação aos “**partidos políticos**”, entre os participantes do grupo de tratamento alguns não souberam comentar, outros foram muito vagos ou ambíguos (percepções, ao mesmo tempo, positivas e negativas). Ainda assim, os comentários revelam algum entendimento em torno de que sejam os partidos. Entre os participantes do grupo de controle metade não soube fazer qualquer comentário e metade demonstrou percepções negativas que remetiam, principalmente, à corrupção.

Em relação a esse primeiro bloco de percepções sobre a democracia e suas instituições básicas, pode-se afirmar que a frequência de percepções positivas e mais complexas foi maior entre os participantes do grupo de tratamento, isto é, entre os que haviam participado do PJ do que entre os entrevistados do grupo de controle em conformidade com o que se esperava. Apenas em relação ao “Poder Legislativo” observou-se incompreensão em ambos os grupos. Este foi um dado surpreendente, afinal, o projeto Parlamento Jovem permite e promove a aproximação dos participantes com o parlamento (com simulação do processo legislativo e várias atividades sendo desenvolvidas nas dependências da câmara municipal e da Assembleia Legislativa).

Foi perguntado aos entrevistados se eles estavam satisfeitos com a democracia no Brasil e se achavam que ela deveria ser substituída por algum outro regime. Nas respostas não se observou diferenças entre os grupos. Em ambos quase todos afirmaram que estão insatisfeitos com a democracia. Mas, no grupo de tratamento,

a despeito da insatisfação, os participantes não foram favoráveis à substituição da democracia por outro regime. Ao invés disso, demandam mais participação e mudança no perfil dos que estão no poder.

“Não, apenas novos governantes que ajudem mais a população mais necessitada”. (GT)

“Todos deveriam ter um acesso mais fácil. Todos os cidadãos deveriam ter uma participação maior, além de apenas votar”. (GT)

No grupo de controle quase todos são a favor da substituição, mas ninguém apontou uma alternativa. Quem não é a favor da substituição destaca que a democracia ainda é a melhor alternativa e que pode ser melhorada.

“Não, dos que eu já ouvi falar, acho que a democracia é o melhor”. (GC)

“Acho que não, porque é melhor que outros aí que a gente houve falar”. (GC)

Perguntou-se aos entrevistados se eles consideravam que existe espaço para a participação política dos jovens. Esperava-se que no grupo de tratamento seria maior o sentimento de abertura do sistema para a participação da juventude comparativamente ao outro grupo. E foi, de fato, o que se observou. Um dado importante foi a menção espontânea ao PJ como um exemplo de espaço para esse tipo de participação. Todos os seis respondentes do grupo de tratamento que afirmaram a existência de espaço para a participação dos jovens citaram o PJ como exemplo.

“... Antes do Parlamento Jovem eu nem sabia que os jovens podiam ter participação além da votação”. (GT)

“Tem aqui, que eu já participei, o vereador mirim, do Parlamento Jovem, que criamos leis que poderiam ser aprovadas”. (GT)

No grupo de controle somente dois entrevistados acreditam que existe espaço. Aqueles que responderam negativamente à questão apresentam certo pessimismo sugerindo

que não haja qualquer abertura política para os jovens.

“Acho que não. A gente nunca é ouvido. Nem aqui na escola tem espaço, imagina na política”. (GC)

“Não tem espaço. A gente também nem sabe como pode participar direito, não tem incentivo para isso”. (GC)

Perguntados se os jovens se interessavam por política, observou-se maior frequência de respostas positivas no grupo de tratamento. Em contrapartida, no grupo de controle quase todos responderam de forma negativa. Destacam-se as respostas de dois participantes. Um deles afirma que a falta de interesse está relacionada com a falta de espaço; o outro atribui ao PJ o papel de despertar esse interesse, em uma menção espontânea ao projeto.

“Não, acho que é porque tem pouco espaço pra eles na política”. (GC)

“Muitos jovens são analfabetos políticos né. Eles só veem a parte corrupta... e eu também era até entrar no Parlamento, e foi através disso que me interessei, mas antes não ligava não. Assim como todos”. (GT)

Em ambos os grupos apareceu com bastante frequência e destaque a ideia de que a escola é o espaço mais adequado para aproximar os jovens da política. A diferença é que no grupo de tratamento foram feitas várias referências a iniciativas concretas que poderiam ser desenvolvidas na escola (formação política no currículo escolar, mais programas e projetos), enquanto no grupo de controle as respostas foram mais vagas (“incentivos”, “fazer alguma coisa”). Nesse grupo, alguns participantes destacam a necessidade de tornar o assunto mais acessível e menos chato.

“Teria que ter mais projetos na escola para discutir esses assuntos de política. O que cada cargo faz, e eu acho que os jovens não sabem dessas coisas”. (GT)

“Poderia se ter alguma coisa na escola. Só na

aula de sociologia aqui na escola que a gente pode fala de assuntos da atualidade”. (GC)

Pode ser que a participação no PJ esteja relacionada à maior capacidade dos jovens do grupo de tratamento para dar exemplos concretos de formas como a escola pode contribuir para aproximar jovens e política. Afinal, foi na escola que eles tiveram contato com o PJ que, no ano de 2012, tinha como um de seus subtemas “a participação no espaço da escola”. De toda forma, é interessante destacar a percepção bastante generalizada de que a escola é um espaço estratégico para alcançar aquele objetivo.

Nível de conhecimento e informação

Com a finalidade de avaliar o nível de informação e de conhecimento dos entrevistados perguntou-se quais as formas de participação e programas voltados para a juventude eles conheciam. Acerca das formas de participação aventou-se a hipótese de que os participantes do PJ teriam uma ideia mais ampla da participação política para além das formas institucionalizadas, incorporando uma gama mais ampla e variada de canais e mecanismos. Mas, não se observaram diferenças marcantes entre os grupos. No grupo de controle foram apontadas cinco formas de participação (voto, sindicatos, manifestações, greve e associação de moradores); no grupo de tratamento foram sete (voto, protesto, manifestações, greve, passeata, sindicato, ocupação de cargos eletivos).

Percebeu-se um equilíbrio nas citações entre formas mais institucionalizadas (voto e sindicato) e formas menos institucionalizadas (manifestações e associação de moradores). Alguns entrevistados fizeram breves comentários sobre a eficácia de alguns tipos de participação.

Esperava-se que aqueles que tinham participado do PJ fossem capazes de citar mais programas voltados para a juventude em relação aos que não participaram. Mas não se encontrou diferença em relação à quantidade de projetos citados. No grupo de tratamento foram assinalados cinco projetos (Poupança Família, Curumim, Poupança Jovem, Parlamento Jovem, Câmara Mirim), e no grupo de controle seis

(grêmio, Filhos da Paz, grupo de teatro da escola, Levante Popular da UFJF e Segundo Tempo). A diferença está em que todos os projetos citados pelos participantes do grupo de tratamento, com exceção do Curumim, são promovidos por instituições governamentais.

“Poupança Família, que a minha mãe recebe, o Curumim, que eu já fui uma vez, Poupança Jovem e outros negócios que não lembro o nome”. (GT)

“Tipo, antigamente tinha os Filhos da Paz, tem um grupo de teatro na minha antiga escola que até hoje eu vou”. (GC)

Ainda se realizou um bloco de questões com o objetivo de verificar o grau de conhecimento dos entrevistados sobre o funcionamento e a dinâmica do sistema político com perguntas sobre as funções dos vereadores e prefeitos e sobre ocupantes de cargos públicos em Juiz de Fora ou ligados à região. Surpreendentemente não foram observadas diferenças importantes entre os grupos, embora se esperasse que no grupo de tratamento o nível de conhecimento e informação fosse maior.

Nos dois grupos, observou-se maior facilidade em explicar as funções do prefeito do que as do vereador. Poucos souberam citar nomes de vereadores da cidade (os citados foram Noraldino Júnior, Tico-Tico, Carlos Cesar Bonifácio) ou de deputados mineiros. Entre os que foram capazes de citar nomes de vereadores, apenas dois citaram mais de um, mas, alguns foram somente candidatos. Apenas dois entrevistados conseguiram lembrar nomes de deputados (Paulo Lamac, Júlio Delgado e Leonardo Monteiro).

Devido à proximidade com as últimas eleições municipais perguntou-se se os entrevistados sabiam o nome dos candidatos a prefeito, seus respectivos partidos e se assistiram ao horário eleitoral gratuito. Quase todos os entrevistados souberam citar pelo menos um candidato e o partido de pelo menos um, sem grandes diferenças entre os grupos. A maior facilidade em responder de forma correta a questão pode estar relacionada à proximidade das eleições, ao alto grau de exposição a assuntos relacionados à política durante a campanha, à maior

visibilidade da eleição para o Executivo e a uma maior facilidade para acompanhar a disputa que envolve um número menor de competidores. A maioria dos entrevistados afirmou ter assistido à propaganda eleitoral gratuita, sem muitas diferenças entre os grupos.

Atitudes e comportamento

Com o objetivo de apreender o apreço dos entrevistados pelos valores da igualdade e da liberdade, assim como suas atitudes perante as minorias, os entrevistados foram confrontados com situações e questões-problemas. Esperava-se que os participantes do grupo de tratamento apresentariam uma postura mais ativa, crítica e democrática comparativamente aos entrevistados do grupo de controle.

Primeiramente, foi apresentada a eles uma situação hipotética na qual a diretora da escola censura uma matéria do jornal dos alunos que fazia uma crítica à escola. Nos dois grupos, praticamente todos os entrevistados afirmaram que seriam contrários à atitude da diretora e que reagiriam. Entretanto, enquanto no grupo de controle as respostas foram vagas no que tange às formas de reação (ênfase vaga à necessidade de ação conjunta, união), entre os membros do grupo de tratamento percebeu-se maior conhecimento e propostas mais concretas: recorrendo ao grêmio, protestando, mobilizando outros alunos, fazendo abaixo-assinado, divulgando o problema na internet, recorrendo à superintendência, conversando com a direção. Importante destacar que pelas suas falas, os jovens do grupo de tratamento demonstraram confiança na eficácia desse tipo de ação e nenhum medo de retaliação.

“Iria conversar com a direção para saber o porquê de querer a retirada, e iria atrás do grêmio para averiguar e se a crítica for verdadeira levaria a superintendência. Iria conversar com os alunos sobre a crítica”. (GT)

“A isso acontece direto no Brasil. A meio que fazer um protesto. Iria juntar um grupo e ir brigar pela mudança”. (GC)

Duas perguntas versaram sobre as

atitudes dos entrevistados a respeito das diversidades de gênero, sexualidade, cultura, etnia etc. A primeira explorou a questão do papel das mulheres na sociedade e não foram constatadas muitas diferenças entre os grupos. Todos afirmaram discordar da atribuição de posições e papéis rígidos a homens e mulheres e defenderam a liberdade e a capacidade da mulher para desempenhar os papéis e profissões que lhe interessavam. Em ambos os grupos foram feitas referências à existência de preconceito contra as mulheres na atualidade e, mais importante, à forma como as diferenças físicas impõem limitações à plena igualdade entre os sexos.

A segunda interrogação se referia à forma como os e entrevistados consideravam que minorias como negros, gays, ateus e todos que possuem opiniões e estilos de vida diferentes da maioria deveriam ser tratados na sociedade. Aqui, também, não houve diferença importante entre os dois grupos. Todos os entrevistados defenderam o tratamento igual e respeitoso a partir das ideais “de que todos são iguais” (“igualdade perante a lei”), são “normais”, “merecem respeito” e “têm os mesmos direitos”. Percebe-se o forte apelo da ideia de igualdade entre os jovens. Interessante notar que nenhuma menção foi feita a políticas afirmativas ou à necessidade de oferecer vantagens aos que se encontram em posição de desvantagem.

A homogeneidade nas respostas dos dois grupos pode indicar que “ser jovem” pode ser mais importante para explicar as percepções e atitudes mais tolerantes e abertas do que a participação prévia no PJ. Corrobora essa ideia a maior pesquisa já realizada no Brasil sobre a juventude, segundo a qual os jovens demonstram tolerância e abertura em relação a temas como liberdade de expressão, distribuição igualitária de tarefas entre os sexos, legalização da maconha, entre outros. Em relação aos dois primeiros itens observa-se o maior percentual de aprovação, 94% e 96% respectivamente.

“Nota-se que a igualdade de gênero, no que diz respeito à contribuição dos homens nas tarefas domésticas e familiares, é a que conta com maior aprovação, seguida pela liberdade de expressão. Essas duas questões contam com percentuais de concordância de 96%

e 95% respectivamente, sendo que mais da metade dos entrevistados disseram concordar totalmente com as afirmações”. (IBASE, 2008, p.54)

Participação no Parlamento Jovem

O último aspecto investigado foi a avaliação dos entrevistados do grupo de tratamento sobre os impactos do Parlamento Jovem. Todos os participantes asseguraram que o projeto contribuiu positivamente para a sua formação. Na visão dos participantes, o PJ contribuiu para o aprendizado de conceitos, “ver o outro lado da política”, melhorar a imagem sobre a política e os políticos, ter contato com pessoas de outras escolas, incentivar maior participação e aumentar seu interesse pelas questões coletivas.

“(…) Foi uma experiência muito boa. Aprendi muitas coisas, conceitos dos quais eu não sabia. Não fazia ideia perceber vários erros que não sabia que existia no sistema de política do Brasil. Mas também percebi o que alguns tentavam fazer pra melhorar essa situação”. (GT)

“Bom, muitas coisas. Principalmente na parte em que começamos a discutir com outras pessoas de outros colégios. Estar em um lugar toda semana discutindo sobre vários assuntos sobre política (...)”. (GT)

“Me incentivou a participar mais da política e tentar mudar as coisas”. (GT)

Apesar de todos reconhecerem que a participação foi importante, gerou novos conhecimentos e aprendizados, somente quatro dentre os oito entrevistados afirmaram que seu interesse por política aumentou depois de participar do PJ.

“Meu interesse aumentou, eu tive uma reafirmação que política é importante e meu país precisa de pessoas assim para crescer”. (GT)

“Pode ter aumentado em quanto eu participava, mas depois esfriou”. (GT)

Essa aparente contradição será explorada na próxima seção reservada às considerações finais.

Considerações Finais

A análise das entrevistas revelou que o grupo de tratamento e o grupo de controle apresentam diferenças relevantes em grande parte das dimensões avaliadas. Em relação ao primeiro bloco de percepções sobre a democracia e suas instituições básicas observou-se, no grupo de tratamento, mais equilíbrio entre as percepções positivas e negativas do que no grupo de controle no qual as últimas predominaram claramente. Isso em relação a quase todas as dimensões (política, políticos, democracia, cidadãos, partidos políticos).

Observou-se que apesar da insatisfação generalizada com a democracia no Brasil, aqueles que participaram do PJ são menos favoráveis a substituí-la. Ao invés disso, demandam mais participação e mudança no perfil dos que estão no poder e acreditam na possibilidade de aperfeiçoamento. De modo geral, os participantes do grupo de tratamento revelaram maior otimismo no que se refere à relação dos jovens com a política (espaço para participar da política, interesse em participar e formas de participação) em comparação com o outro grupo.

Entretanto, como garantir que essas diferenças devem-se à participação de uns e a não participação de outros no Parlamento Jovem? Ou, simplesmente, como assegurar que o PJ é um fator importante na explicação dessas diferenças? Podem-se citar alguns indícios de que sim, o PJ, ajuda a explicar as variações observadas. O primeiro desses indícios é o fato de que todos os entrevistados do grupo de tratamento fizeram menção espontânea ao projeto nas entrevistas, vinte e uma vezes no total. Dessas, doze citações aparece como exemplo de grupo que já fizeram parte e de projetos voltados para a juventude. As outras nove citações fazem alusão positiva ao PJ apontado como uma explicação para o hábito de se conversar sobre política em casa, como exemplo de espaço para os jovens terem acesso à política, fator que estimulou o interesse pela política, exemplo de solução para aproximar os jovens da política.

“A partir do momento que eu comecei a criar maturidade pra discutir isso, e se tornou mais comum por causa da minha participação no Parlamento ano passado”. (GT)

“Muitos jovens são analfabetos políticos né. Eles só veem a parte corrupta... e eu também era até entrar no parlamento, e foi através disse que me interessei, mas antes não ligava não. Assim como todos”. (GT)

“Não, mas teria que ter mais orientações na escola. Tipo imagina um Parlamento Jovem obrigatório, todos teriam que participar, todos receberiam informações e ajudariam os pais na hora das escolhas”. (GT)

Todos os entrevistados quando estimulados a falar sobre o aprendizado que obtiveram no projeto, mencionam variadas contribuições positivas do Parlamento Jovem, como destacado na última parte da seção anterior.

Há fortes razões para crer que o Parlamento Jovem, apesar de sua curta duração, consegue impactar os seus participantes em relação a algumas das categorias investigadas, de forma diferente em cada uma, dependendo das características pessoais e da maior ou menor influencia de fatores externos. Uma dessas razões é a grande homogeneidade observada entre os entrevistados de ambos os grupos no tocante a algumas variáveis centrais no processo de socialização política. Aqui, cabem duas advertências. Primeiro, de que para sustentar uma relação de causalidade mais consistente, o ideal teria sido comparar as percepções, disposições, atitudes e comportamentos dos adolescentes antes e depois da participação no projeto. Não foi possível fazê-lo uma vez que a delimitação do objeto e dos objetivos da pesquisa ocorreu durante o PJ. Segundo, como já afirmado, é necessário considerar que o próprio interesse em participar do PJ pode revelar um diferencial desses adolescentes no tocante às suas percepções e ao seu envolvimento com a política. Nesse caso não seria a participação no programa que explicaria as diferenças observadas, mas variáveis anteriores.

Por outro lado, apesar dos impactos

positivos que a participação no PJ parece ter, é importante destacar algumas de suas limitações. Aqui merecem destaque a percepção em torno do Poder Legislativo e o bloco sobre nível de informação e conhecimento. Em relação ao “Poder Legislativo” observou-se incompreensão em ambos os grupos. Como já afirmando, trata-se de um dado curioso já que o Parlamento Jovem permite e promove a aproximação dos participantes com o parlamento (com simulação do processo legislativo e várias atividades sendo desenvolvidas nas dependências da câmara municipal e da Assembleia Legislativa). Também em relação ao nível de conhecimento e informação o resultado foi muito diferente do esperado. Esperava-se bem mais dos que participaram do PJ.

Essas semelhanças entre os dois grupos e as dimensões em relação às quais não se observaram as percepções e/ou os comportamentos esperados podem indicar que a participação isolada em projetos e programas de educação cidadã de curta duração é muito pouco para promover uma mudança de peso. Pode-se aventar que a mudança ocorreria no curto prazo, durante e logo após a participação nos projetos, mas não teria efeitos e consequências depois que os participantes retornassem a confinamento na esfera privada. Pode-se questionar também se outras variáveis, influências e fatos não teriam mais peso e contribuiriam para forjar e/ou reafirmar uma imagem negativa da política e dos políticos. Entre essas, cabe citar a mídia e o tratamento que dá ao tema – muitas vezes, negativo, esquemático, superficial, estereotipado – e o sistema de ensino caracterizado pelo tecnicismo e pela pequena preocupação com uma educação cidadã e de caráter humanista.

Finalmente, a análise aponta a importância estratégica da escola como espaço privilegiado para a formação cidadã, na percepção dos jovens como uma dimensão que pode vir a fazer parte de uma agenda de pesquisa sobre o tema futuramente.

Referencias Bibliográficas

AVRITZER, Leonardo, SANTOS Boaventura de Sousa.(2003) “Para ampliar o cânone democrático”. *in: www.eurozine.com/*

[articles/2003-11-03-santos-pt.html](http://www.eurozine.com/articles/2003-11-03-santos-pt.html)

AVRITZER, Leonardo.(2006) “Reforma Política e Participação no Brasil”. In: AVRITZER, Leonardo ANASTASIA, Fátima (org). *Reforma política no Brasil*. Belo Horizonte. Editora UFMG. p.35-44.

CARDOSO, Irene. (2005) “A geração dos anos de 1960: o peso de uma herança”. *Tempo Social*. São Paulo, vol. 17, n.º2.

CARVALHO, Alexandre Ventura Caçador. (2009) *O Parlamento Jovem e a experiência das Escolas do Legislativo mineiro e da Câmara dos Deputados: O Desenvolvimento da Cultura Cívica, propícia à Democracia*. Biblioteca Digital Câmara.

CASALECHI, Gabriel Avila. (2011) “O Parlamento Jovem Mineiro e a socialização política: reduzindo ou reproduzindo as diferenças?” Seminário de Sociologia e política, anais do evento online. Volume 9. http://www.seminariosociologiapolitica.ufpr.br/anais2011/9_252.pdf

CASTRO, Lucia Rabello.(2008). “Participação política e juventude: do mal-estar à responsabilização frente ao destino comum”. *Sociologia Política*. Vol. 16 nº30, June,.

COSSON, Rildo.(2009) ”Dois modelos de Parlamento Jovem : uma leitura de seu funcionamento como letramento político”. *Revista Estudos Legislativos*. [online] Nº3

FARIA, Claudia Feres.(2006) “Plebiscito e Referendum”. In: AVRITZER, Leonardo ANASTASIA, Fátima (org). *Reforma política no Brasil*. Belo Horizonte. Editora UFMG. p.99-102.

FUKS, Mario.(2012) “Atitudes, cognição e participação política: padrões de influência dos ambientes de socialização sobre o perfil político dos jovens”. *Opinião pública*, vol.18 nº1 Campinas.

_____. (2011) “Efeitos diretos, indiretos e tardios: trajetórias da transmissão intergeracional da participação política”. *Lua Nova*, nº.83.

FLORENTINO, Renata.(2008) *Democracia*

Liberal: uma novidade já desbotada entre jovens.
Opinião Pública [online], vol.14, nº1 2008.

IBASE/ PÓLIS. (2008) *Pesquisa sobre juventude no Brasil*. Relatório Nacional.

RIOS, Camila; PEDROSA, Daniela; GOMES, Matheus, ASSIS, Willian; MACIEL, Ricardo, RODRIGUES, Thalita Machado.(2011) “PARLAMENTO JOVEM 2010: EDUCAÇÃO POLÍTICA EM PERSPECTIVA” . *CSONline, Revista eletrônica das Ciências Sociais*. <http://www.editoraufjf.com.br/revista/index.php/csonline/article/view/1184>

Notas

1 Disponível em: <http://conceito.de/>. Acessado em: outubro de 2012

2 Eficácia política, conceito usado por Fuks (2012), corresponde ao sentimento do indivíduo de que suas ações fazem diferença.

3 As escolas participantes do Parlamento Jovem de Juiz Fora 2012 são: Instituto Estadual de Educação, Escola Estadual Antonio Carlos, Colégio dos Jesuítas (particular), Escola Estadual Marechal Mascarenhas de Moraes, Escola Estadual Henrique Burnier. A quantidade de alunos por escola foi definida com base em informações sobre o número de alunos que efetivamente participou das atividades do início ao fim do projeto. As entrevistas foram realizadas nos dias 26/02/2013, 28/03/2013, 04/03/2013 e 08/03/2013, nas dependências das escolas, no intervalo das aulas.

4 A Câmara Mirim é um projeto que tem como objetivo promover a interação entre a Câmara dos Vereadores e a comunidade através das escolas, com a simulação da atividade parlamentar. Sendo promovida pela própria Câmara